

2024



Relatório Anual

**Comissão de Agricultura,
Pecuária, Abastecimento e
Desenvolvimento Rural**

Comissão de
Agricultura, Pecuária, Abastecimento
e Desenvolvimento Rural



2024



Relatório Anual

Comissão de Agricultura,
Pecuária, Abastecimento e
Desenvolvimento Rural

Comissão de
Agricultura, Pecuária, Abastecimento
e Desenvolvimento Rural



CÂMARA DOS
DEPUTADOS

Palavra do Presidente

Em 2024, tivemos a honra de presidir a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) da Câmara dos Deputados. Essa missão representou muito mais do que uma função legislativa — foi a consolidação de uma trajetória de luta em defesa do Brasil que produz. Assumimos a presidência determinados a fortalecer o agro nacional e dar voz a quem põe comida na mesa dos brasileiros.

A condução dos trabalhos da CAPADR foi marcada por avanços concretos em pilares fundamentais como a segurança jurídica no campo, a liberdade econômica e a valorização da propriedade privada, sob a firme convicção de que o produtor, o trabalhador e a produção rural — esteio da economia nacional — merecem não apenas respeito, mas defesa ativa e permanente. Sob nossa gestão, esses valores se converteram em ação legislativa vigorosa, norteadas pelo compromisso de garantir emprego, renda, dignidade, prosperidade, sustentabilidade, inovação, tecnologia, infraestrutura, redução dos custos de produção, combate ao desperdício de alimentos e, sobretudo, a estabilidade institucional que permita ao agro seguir alimentando o Brasil e o mundo com coragem, eficiência e orgulho.

Segundo dados do próprio portal da Câmara, nossa gestão foi a mais produtiva da última década: a CAPADR realizou 99 reuniões técnicas e audiências públicas, analisou e votou 278 proposições, ouviu 11 autoridades e somou mais de 107 horas de debates em plenário. Foi um período intenso, mas necessário, para enfrentarmos os desafios do setor e garantir conquistas reais.

Em 2024, a CAPADR se destacou como pilar na defesa intransigente do campo brasileiro diante da escalada de ações ilegais promovidas pelo MST, movimento que, sob o falso manto de justiça social, perpetua práticas criminosas como invasão de terras públicas e privadas, ameaçando o Estado de Direito e o sustento de milhares de produtores. Foram diversas as iniciativas da Comissão para coibir tais abusos: moções de repúdio à inclusão do MST em órgãos oficiais do governo, pedidos de informações sobre os vultosos recursos públicos destinados ao movimento, convocações de ministros para prestar esclarecimentos, e diligências voltadas a apurar o apoio institucional indevido dado a esses invasores. Em cada uma dessas ações, reafirmamos nosso compromisso com a ordem, a propriedade e a dignidade do homem do campo — pilares que jamais serão negociados com quem opta pela violência travestida de militância.

Ainda, promovemos grandes debates de projetos de ampla relevância nacional, muitos tidos por polêmicos, mas indispensáveis ao país. Dentre eles, destacamos a relatoria aprovada ao PL 715/2023, que garantiu a manutenção dos benefícios sociais aos trabalhadores safristas com vínculos de curta duração. Avanço importante para a formalização e valorização da mão de obra rural.

Realizamos audiências públicas com os Ministros de Estado para cobrar explicações e ação do Governo Federal em prol do agro nacional; discutimos temas como a reversão da demarcação da Raposa Serra do Sol, a ampliação do Seguro Rural, segurança hídrica, infraestrutura no campo e a urgente redução dos custos de produção.

Em novembro de 2024, diante da leviana declaração do CEO do Carrefour, Alexandre Bompard, que anunciou a suspensão da compra de carne do Mercosul, a CAPADR assumiu a linha de frente na defesa da produção nacional e liderou a aprovação de nota de repúdio no esteio de reafirma o compromisso do Parlamento com os produtores e com a imagem do Brasil no cenário internacional.



Evair Vieira de Melo Presidente

E, tendo em vista que a política de verdade não se encerra nos salões de Brasília, mas se firma nos rincões onde pulsa a vida real do povo, em 2024 estivemos in loco no Espírito Santo e no Rio Grande do Sul, ao lado dos agricultores atingidos por enchentes e severas crises climáticas. Ali, entre a lama e a aflição, ouvimos de perto quem planta, colhe e sustenta a mesa do brasileiro, transformando dor em ação. Com articulação célere e eficaz, promovemos medidas emergenciais que levaram socorro financeiro e deram início à reconstrução das áreas afetadas — tempestiva resposta concreta e imediata que se inscreve, sem dúvida, como uma das marcas mais significativas e honrosas da nossa gestão.

Sobretudo em vista às conquistas no plano legislativo e das ações emergenciais em defesa do produtor rural, nossa gestão à frente da CAPADR em 2024 recebeu merecido reconhecimento nacional. Fomos agraciados com o prêmio MasterCana Norte-Nordeste 2024, honraria que simboliza a relevância do trabalho realizado em prol do setor. Representamos com orgulho a Comissão em eventos estratégicos como a Semana Internacional do Café, a Megaleite e inúmeros congressos voltados ao fortalecimento do agro brasileiro, reafirmando nosso compromisso com a inovação, a produtividade e o protagonismo do campo no desenvolvimento do país.

Ainda, entramos para a história da política capixaba ao nos tornarmos o primeiro parlamentar do Estado do Espírito Santo a presidir a Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados — feito que transcende o simbolismo da representatividade regional para se afirmar como legítimo reconhecimento da contribuição vigorosa do nosso mandato e da política capixaba para o desenvolvimento da agricultura brasileira. Trata-se de marco honroso, que projeta o Espírito Santo no cenário nacional não apenas como voz presente, mas como força ativa na construção de políticas públicas que fortalecem o campo, sustentam a economia e promovem a justiça social.

Deste modo, consolidamos uma gestão incontestada — eficiente, aguerrida e firmemente comprometida com os valores do campo — encerrando este ciclo com a convicção de que nosso trabalho deixou frutos benéficos ao país. Seguimos em frente, revigorados, prontos para continuar honrando a confiança daqueles que acreditam no agro como motor do desenvolvimento e no Brasil como terra de oportunidades.

Por tudo isso, expressamos nossa gratidão ao Partido Progressistas, aos colegas parlamentares, às entidades do setor e às valorosas equipes técnicas que caminharam conosco. Com coragem, método, compromisso e um bom café, provamos que é possível fazer diferente — e fazer melhor. O campo não para — e nós também não.

CAPADR em números

107h  de atividades



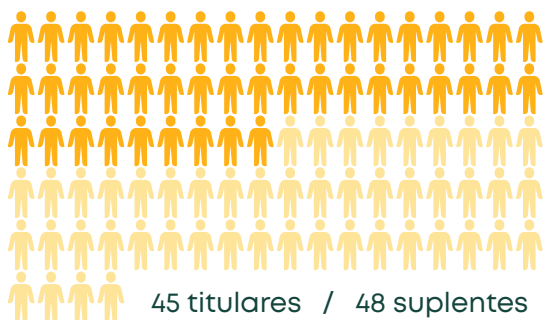
63h

Audiências públicas, seminários, reuniões, entre outras.

44h 

Votações em Plenário

94 Membros



155 Requerimentos
APROVADOS

Informações, moções, convocações, indicações e eventos.

17 

Audiências Públicas

9 

Comparecimento
de Ministro

10 

Visitas técnicas

74 

Reuniões

2 

Seminários

Presidência



Evair Vieira de Melo
PP/ES
Presidente



Rodolfo Nogueira
PL/MS
1º Vice-Presidente



Ana Paula Leão
PP/MG
2ª Vice-Presidente



Afonso Hamm
PP/RS
3º Vice-Presidente



Membros da Comissão



Adilson Barroso
PL/SC



Adriano do Baldy
PP/GO



Afonso Hamm
PP/RS



Afonso Mota
PDT/RS



Aj Albuquerque
PP/CE



Alberto Fraga
PL/DF



Albuquerque
Republicanos/RR



Alceu Moreira
MDB/RS



Alexandre Guimarães
MDB/TO



Ana Paula Leão
PP/MG



Antonio Doido
MDB/PA



Augusto Puppio
MDB/AP



Aureo Ribeiro
Solidariedade/RJ



Bohn Gass
PT/RS



Cabo Gilberto Silva
PL/PB



Carlos Veras
PT/PE



Charles Fernandes
PSD/BA



Coronel Fernanda
PL/MT



Cristiane Lopes
União/RO



Dagoberto Nogueira
PSDB/MS



Membros da Comissão



Daniel Agrobom
PL/GO



Daniela Reinehr
PL/SC



Detinha
PL/MA



Dilceu Sperafico
PP/PR



Dilvana Faro
PT/PA



Domingos Neto
PSD/CE



Domingos Sávio
PL/MG



Dr. Luiz Ovando
PP/MS



Elisangela Araujo
PT/BA



Emanuel Pinheiro
MDB/MT



Emidinho Madeira
PL/MG



Evair Vieira de Melo
PP/ES



Félix Mendonça Jr.
PDT/BA



Gabriel Mota
Republicanos/RR



General Girão
PL/RN



Giacobbo
PL/PR



Giovani Cherini
PL/RS



Heitor Schuch
PSB/RS



Henderson Pinto
MDB/PA



João Gabriel
PT/SE



Membros da Comissão



José Medeiros
PL/MT



Josias Gomes
PT/BA



Josivaldo JP
PSD/MA



Juarez Costa
MDB/MT



Júlio Oliveira
PP/TO



Lázaro Botelho
PP/TO



Luciano Amaral
PV/AL



Luiz Nishimori
PSD/PR



Magda Mofatto
PRD/GO



Marcel van Hattem
Novo/RS



Marcelo Moraes
PL/RS



Marco Brasil
PP/PR



Marcio Honaiser
PDT/MA



Marcon
PT/RS



Marcos Pollon
PL/MS



Marreca Filho
PRD/MA



Marussa Boldrin
MDB/GO



Maurício Carvalho
União/RO



Maurício do Vôlei
PL/MG



Murillo Gouveia
União/RJ



Membros da Comissão



Nelson Barbudo
PL/MT



Newton Bonin
União/PR



Padre João
PT/MG



Pastor Diniz
União/RR



Pedro Lupion
PP/PR



Pedro Uczai
PT/SC



Pedro Westphalen
PP/RS



Pezenti
MDB/SC



Pinheirinho
PP/MG



Rafael Simões
União/MG



Raimundo Costa
Podemos/BA



Raimundo Santos
PSD/PA



Reinhold Stephanes
PSD/PR



Ricardo Salles
Novo/SP



Roberta Roma
PL/BA



Roberto Duarte
Republicanos/AC



Membros da Comissão



Rodolfo Nogueira
PL/MS



Rodrigo Estacho
PSd/PR



Samuel Viana
Republicanos/MG



Sergio Souza
MDB/PR



Silvia Cristina
PP/RO



Tadeu Veneri
PT/PR



Tião Medeiros
PP/PR



Thiago Flores
Republicanos/RO



Valmir Assunção
PT/BA



Vander Loubet
PT/MS



Vermelho
PL/PR



Welter
PT/PR



Zé Vitor
PL/MG



Zé Silva
Solidariedade/MG



Zezinho Barbary
PP/AC



Zucco
PL/RS



Propostas Legislativas

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (CAPADR) da Câmara dos Deputados alcançou números históricos quanto ao desempenho legislativo. A partir da atuação conjunta do presidente da Comissão e de seus deputados membros, **aprovou-se 263 (duzentos e sessenta e três) projetos** e apenas 15 (quinze) rejeitados, com 278 (duzentos e setenta e oito) propostas deliberadas no total. Essa quantia representa um aumento no número de projetos deliberados de **49.46%** em relação ao ano passado, demonstrando um avanço contínuo da eficiência nos trabalhos legislativos da Comissão.



As temáticas debatidas durante o ano variaram entre diversos temas pertinentes ao andamento econômico brasileiro. Desafios da agricultura familiar, produção de leite, recuperação judicial, seguro rural e enfrentamento do crime agrário são alguns exemplos de temas recorrentes no âmbito das discussões da Comissão. A pluralidade de assuntos visa garantir mais completude aos trabalhos legislativos, de modo a promover iniciativas que realizem mudanças sistêmicas e, conseqüentemente, beneficiem os setores da agricultura, do pecuária e dos desenvolvimentos rurais da sociedade brasileira. Nesse sentido, para demonstrar a variedade e importância dessas propostas, segue a lista das **PROPOSTAS APROVADAS** no ano de 2024:



PL 3509/2023

Quando o agricultor familiar se une em cooperativa, ele transforma trabalho em renda, dignidade em escala e o campo em oportunidade — este projeto de lei fortalece quem produz junto para crescer com justiça e autonomia.

Autor:
Cobalchini (MDB/SC)

Relator:
Alceu Moreira (MDB/RS)



PL 1999/2024

O leite que sustenta o Brasil vem do campo, não do laboratório - este projeto de lei protege milhões de produtores e trabalhadores, fortalece a economia dos municípios, garante alimento na mesa do brasileiro, gera emprego, renda e dignidade.

Autora:
Ana Paula Leão (PP/MG)

Relator:
Daniela Reinehr (PL/SC)



PL 4036/2023

Quem produz leite precisa saber, com clareza, quanto e por que está recebendo — este projeto de lei garante transparência no cálculo do preço, protege o produtor e fortalece a confiança na cadeia que alimenta o Brasil todos os dias.

Autor:
Daniel Agrobom (PL/GO)

Relatora:
Ana Paula Leão (PP/MG)



PL 3506/2023

Permitir que imóveis sejam usados para quitar dívidas com a União é aliviar o peso da inadimplência, destravar ativos e dar nova chance a quem quer regularizar sua vida fiscal sem perder sua dignidade.

Autor:
Lucio Mosquini (MDB/RO)

Relator:
Dilceu Sperafico (PP/PR)



PL 209/2024

Usar o saldo do PIS/PASEP para fortalecer o Seguro Rural é proteger quem planta, garantir produção mesmo diante das perdas e transformar dinheiro parado em segurança para o campo e alimento na mesa do brasileiro.

Autor:
Domingos Neto (PSD/CE)

Relator:
Pezenti (MDB/SC)



PL 75/2022

Quem produz leite precisa de números confiáveis para negociar com justiça — este projeto cria um índice oficial dos custos da atividade leiteira, dando mais transparência, equilíbrio e respeito ao produtor que sustenta a economia de milhares de municípios.

Autor:
Vitor Hugo (PSL/GO)

Relator:
Domingos Sávio (PL/MG)



PL 6029/2023

O Mangalarga Marchador é mais que um cavalo — é um patrimônio nacional que movimenta bilhões e gera milhões de empregos. Este projeto abre as porteiras do Brasil para o mundo, com incentivo à exportação, rastreabilidade e valorização da genética e tradição do cavalo brasileiro.

Autor:
Samuel Viana (PL/MG)

Relator:
Emidinho Madeira (PL/MG)



PL 3763/2023

Proteger quem produz é garantir a paz no campo. As Delegacias Especializadas vão enfrentar de frente o crime agrário, combater a impunidade e reafirmar que a propriedade privada é sagrada e inviolável.

Autor:
Evair Vieira de Melo (PP/ES)

Relator:
Vicentinho Júnior (PP/TO)



PL 2014/2020

Quem perde a safra não pode perder também o direito à indenização — este projeto de lei garante critérios claros, técnicos e justos para que o agricultor familiar receba o Garantia-Safra com dignidade e sem burocracia injusta.

Autor:
Zé Silva (Solidariedade/MG)

Relator:
Giovani Cherini (PL/RS)



PL 121/2022

Colocar alimentos da agricultura familiar nas cestas básicas é alimentar quem precisa e valorizar quem produz com trabalho, cuidado e dignidade — este projeto de lei une campo e cidade em uma mesma política de justiça social e segurança alimentar.

Autor:
Heitor Schuch (PSB/RS)

Relator:
Marcon (PT/RS)



PL 4927/2020

Quem destrói o meio ambiente com queimadas criminosas ou invasões ilegais não pode ter acesso a crédito rural — este projeto busca proteger a agropecuária séria, punir os verdadeiros responsáveis e dar mais segurança a quem trabalha de forma legal e sustentável no campo.

Autor:
Célio Studart (PV/CE)

Relator:
José Medeiros (PL/MT)



PL 1373/2023

Quem invade terras ou prédios públicos não pode ser premiado com benefícios do Estado. Este projeto de lei proíbe, por dois anos, o acesso a programas como o Bolsa Família, a Reforma Agrária e incentivos fiscais ou creditícios, garantindo que recursos públicos cheguem a quem age dentro da legalidade.

Autores:
Lázaro Botelho (PP/TO)
Ricardo Ayres (REPUBLIC/TO)

Relatora:
Ana Paula Leão (PP/MG)



PL 2475/2023

Investir no turismo rural é promover dignidade no campo, renda para as famílias e orgulho das nossas raízes. Esta política é uma ponte entre a tradição e o desenvolvimento sustentável que o Brasil precisa.

Autor:
Samuel Viana (PL/MG)

Relatora:
Magda Mofatto (Patriota/GO)



PL 1364/2023

Quem vive no campo também tem direito a saúde e assistência perto de casa — este projeto de lei cria mutirões itinerantes que levam dignidade, atendimento médico e apoio social direto às comunidades rurais que mais precisam e que por muito tempo foram esquecidas.

Autor:
Marco Brasil (PP/PR)

Relator:
Marussa Boldrin (MDB/GO)

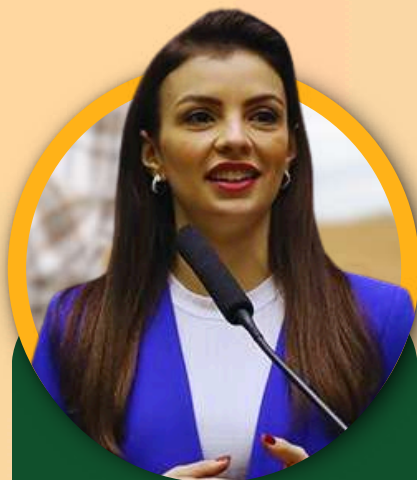


PL 2587/2023

Quem é vítima de roubo ou invasão no campo não pode ser punido com imposto — este projeto de lei garante isenção do ITR a produtores que sofreram crimes na propriedade rural e já enfrentam perdas e insegurança.

Autor:
Marcos Pollon (PL/MS)

Relator:
Pedro Lupion (PP/PR)



PDL 312/2022

A Anvisa não pode legislar por resolução e impor regras sem debate com quem será diretamente afetado — este projeto susta uma medida autoritária, que avançou sobre direitos e prejudica setores produtivos e a liberdade do cidadão.

Autor:
Jose Mario Schreiner (9MDB/GO)

Relatora:
Marussa Boldrin - MDB/GO



PL 3686/2023

Quem produz precisa de água, não de entraves — este projeto reconhece como utilidade pública o represamento de rios para uso agropecuário, garantindo segurança hídrica, produtividade e menos conflitos no campo.

Autor:
Mauricio do Vôlei (PL/MG)

Relator:
Coronel Meira (PL/PE)



PL 2587/2023

O Estado falha em proteger o produtor rural e ainda quer cobrar imposto de quem foi roubado ou teve a terra invadida — este projeto de lei corrige essa injustiça e garante isenção do ITR para quem já foi vítima do crime e do descaso.

Autor:
Marcos Pollon (PL/MS)

Relator:
Pedro Lupion (PP/PR)



PL 85/2022

Produtores atingidos por desastres naturais em Minas Gerais precisam de fôlego para recomeçar — este projeto de lei propõe suspender temporariamente os financiamentos rurais, garantindo mais dignidade e condições reais de recuperação no campo.

Autor:
Pinheirinho (PP/MG)

Relator:
Domingos Sávio (PL/MG)



PL 6002/2023

O pescador artesanal protege os rios e garante alimento na mesa, mas ainda luta por respeito na hora em que mais precisa. Este projeto de lei corrige injustiças no pagamento do seguro-defeso e reconhece que quem pesca com as próprias mãos tem direito à dignidade, à renda e à preservação ambiental com justiça.

Autor:
José Priante (MDB/PA)

Relator:
Raimundo Costa (PODE/BA)



PDL 167/2024

Não vamos permitir que a reforma agrária seja usada como cortina para a balbúrdia. O Brasil precisa de justiça no campo, não de manobras para alimentar a máquina do caos.

Autor:
Marcos Pollon (PL/MS)

Relator:
Rodolfo Nogueira (PL/MS)



PL 1892/2022

Transformar cacau em riqueza no próprio território é justiça produtiva — este projeto de lei cria incentivos para fortalecer a indústria brasileira, gerar emprego no campo e valorizar o pequeno produtor do cacau.

Autor:
Félix Mendonça Júnior (PDT/BA)

Relator:
Thiago Flores (REPUBLIC/RO)



PL 715/2023

Garantir ao trabalhador safrista o direito de manter seus benefícios sociais não é apenas fortalecer o campo — é resgatar a dignidade, incentivar a formalização e dar esperança ao homem do campo que produz com esforço e fé.

Autor:
Zé Vitor (PL/MG)

Relator:
Evair Vieira de Melo (PP/ES)



PL 1536/2024

O produtor rural do Rio Grande do Sul perdeu lavouras, máquinas e até a esperança — ele não pode ser cobrado por uma tragédia que não causou. Este projeto de lei é um gesto de justiça: anistia dívidas, garante crédito emergencial e protege quem sustenta o Brasil mesmo em meio à dor e à lama.

Autor:
Zucco (PL/RS)
Rodolfo Nogueira (PL/MS)

Relator:
Afonso Motta (PDT/RS)

Audiências Públicas



Autor do Requerimento:
Dep. Pezenti - MDB/SC



Aponte seu celular e
assista a audiência.

Dificuldades para o acionamento do Proagro

Audiência realizada no dia 11 de abril de 2024

O Proagro precisa voltar a cumprir seu papel: proteger o produtor, e não punir quem segue as boas práticas agrícolas. Penalizar a diversificação é penalizar a resiliência do campo.

Foto: Bruno Spada / Câmara dos Deputados



Foto: Vinicius Loures / Câmara dos Deputados



Autor do Requerimento:
Dep. Tião Medeiros - PP/PR



Aponte seu celular e
assista a audiência.

Gargalos e desafios para escoamento da safra brasileira

Audiência realizada no dia 18 de abril de 2024

A eficiência logística é o elo decisivo entre produção e competitividade. Sem investimentos estruturais em rodovias, ferrovias e portos, o avanço da agricultura brasileira continuará limitado por gargalos que elevam custos e reduzem margens.

Audiências Públicas



Foto: Zeca Ribeiro / Câmara dos Deputados

Autora do Requerimento:
Dep. Cel. Fernanda - PL/MT

Moratória da soja

Audiência realizada no dia 25 de abril de 2024



Aponte seu celular e
assista a audiência.

Produtores rurais denunciaram que estão sendo punidos por seguir a lei — a moratória da soja, criada sem ouvir quem está no campo, exige regras mais duras que o próprio Código Florestal e pode virar uma barreira comercial disfarçada, afetando o desenvolvimento dos municípios da Amazônia Legal. A Câmara dos Deputados abriu o debate: proteger o meio ambiente sim, mas com soberania, equilíbrio e justiça para quem produz.



Foto: Vinicius Loures / Câmara dos Deputados

A política de abastecimento em curso no Brasil

Audiência realizada no dia 9 de maio de 2024

Autor do Requerimento:
Dep. Padre João - PT/MG



Aponte seu celular e
assista a audiência.

Garantir comida na mesa é ato de soberania. A política de abastecimento precisa ir além do discurso e se consolidar como estratégia de Estado, com produção diversificada, combate ao desperdício e fortalecimento das Ceasas como instrumentos públicos essenciais para equilibrar preços e garantir dignidade alimentar ao povo brasileiro.

Audiências Públicas



Foto: Bruno Spada / Câmara dos Deputados

Avaliação da decisão do governo federal sobre a necessidade de importar 1 milhão de toneladas de arroz e o impacto na cadeia produtiva

Audiência realizada no dia 18 de junho de 2024

Autor do Requerimento:
Dep. Cel Meira - PL/PE



**Aponte seu celular e
assista a audiência.**

Importar arroz em plena colheita nacional é penalizar quem produz, gerar insegurança no campo e desvalorizar o esforço dos agricultores brasileiros. Com previsão de safra de 10,5 milhões de toneladas em 2024, crescimento de 4,9% no Rio Grande do Sul, o Brasil tem capacidade produtiva para abastecer seu próprio povo. A decisão de gastar R\$ 416 milhões na importação de 104 mil toneladas levanta dúvidas sobre prioridades, transparência e o impacto real sobre os preços. Em vez de desorganizar o mercado interno, o governo deveria fortalecer a Conab, valorizar a produção nacional e garantir estoques reguladores eficientes.



Foto: Bruno Spada/Câmara dos Deputados

O Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural

Audiência realizada no dia 20 de junho de 2024

Garantir que o jovem permaneça no campo é garantir o futuro da agricultura brasileira. Isso exige mais que terra e trabalho — é preciso conectividade, mobilidade, cultura, lazer e serviços públicos que deem dignidade à vida rural. O Brasil precisa transformar o campo em lugar de viver e prosperar, com políticas permanentes e eficazes para que a sucessão rural seja realidade, não promessa.

Autor do Requerimento:
Dep. Zé Silva - Solidariedade/MG



**Aponte seu celular e
assista a audiência.**

Audiências Públicas



Autor do Requerimento:
Dep. Evair Vieira de Melo - PP/ES



**Aponte seu celular e
assista a audiência.**

A reversão das regiões de Raposa Serra do Sol, na área que foi produtora de arroz em Roraima

Audiência realizada no dia 02 de julho de 2024

O Brasil precisa produzir alimentos onde há solo fértil, vocação agrícola e famílias dispostas a trabalhar. A demarcação da Raposa Serra do Sol, feita em 2008 por decisão do STF, transformou áreas produtivas de arroz em território improdutivo, ferindo o direito ao trabalho e à dignidade de quem ajudava a alimentar a nação. Roraima tem potencial para ser um dos grandes polos produtores de arroz do país, especialmente neste momento em que o Brasil discute importação. É preciso ter coragem para rever decisões equivocadas, respeitando os direitos indígenas, mas também assegurando o uso racional da terra, com equilíbrio, segurança jurídica e foco na soberania alimentar. O marco temporal é um passo nesse caminho de justiça e de correção histórica.

Foto: Vinicius Loures / Câmara dos Deputados



Foto: Vinicius Loures / Câmara dos Deputados



Autor do Requerimento:
Dep. Adilson Barroso - PL/SP



**Aponte seu celular e
assista a audiência.**

A criação do Dia Nacional Amendoim

Audiência realizada no dia 04 de julho de 2024

Valorizar o amendoim é valorizar o Brasil que produz, que pesquisa, que exporta e que carrega na terra e na tradição a força de sua identidade alimentar. A criação do Dia Nacional do Amendoim, em 13 de setembro, é mais do que uma homenagem: é um reconhecimento a uma cadeia produtiva que gera emprego, promove sustentabilidade, movimenta cooperativas e projeta o país no cenário internacional. O Brasil já é o 6º maior exportador e possui uma das menores pegadas de carbono do mundo. É hora de dar visibilidade a esse protagonismo, fortalecer políticas públicas e ampliar o consumo de um alimento que é, ao mesmo tempo, cultura, saúde e soberania produtiva.

Audiências Públicas



Autor do Requerimento:
Dep. Rafael Simões - União/MG



**Aponte seu celular e
assista a audiência.**



Foto: Vinícius Loures / Câmara dos Deputados

Mudanças na Embrapa que afetam negativamente a cadeia produtiva leiteira nacional

Audiência realizada no dia 28 de agosto de 2024

Enfraquecer a Embrapa é enfraquecer o Brasil que produz. As recentes mudanças na estrutura e prioridades da instituição colocam em risco décadas de avanços na cadeia produtiva do leite, que depende diretamente da pesquisa pública para garantir competitividade, sanidade animal, qualidade nutricional e sustentabilidade. O leite é base da economia de milhares de municípios e sustento de pequenas propriedades rurais — sobretudo nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Reduzir investimentos e desestruturar centros estratégicos da Embrapa é comprometer o presente e o futuro de uma das atividades mais sociais, capilarizadas e essenciais do agro brasileiro.



Foto: Bruno Spada / Câmara dos Deputados

Os problemas das renegociações de dívidas dos produtores rurais gaúchos em função das enchentes que atingiram o Rio Grande do Sul

Audiência realizada no dia 05 de novembro de 2024

Renegociar dívidas não pode ser mais uma provação para quem já perdeu tudo. As enchentes no Rio Grande do Sul devastaram vidas, lavouras e rebanhos — e o que os produtores precisam agora é agilidade, sensibilidade e respeito. A Medida Provisória 1247/24 falha ao tratar de forma lenta e burocrática uma tragédia histórica. Os recursos precisam chegar antes da próxima chuva, não depois da frustração. O Brasil deve uma resposta justa e rápida a quem alimenta a nação mesmo em meio ao caos. É hora de transformar promessas em ações e garantir condições reais para reerguer o agro gaúcho.

Autor do Requerimento:
Dep. Afonso Hamm - PP/RS



**Aponte seu celular e
assista a audiência.**

Audiências Públicas



Foto: Vinicius Loures / Câmara dos Deputados

Autora do Requerimento:
Dep. Daniela Reinehr - PL/SC

Custos na aquisição de grãos na região Sul

Audiência realizada no dia 28 de novembro de 2024



**Aponte seu celular e
assista a audiência.**

O alto custo logístico na aquisição de grãos penaliza a produção agropecuária do Sul do Brasil, reduz a margem de lucro do produtor e compromete a competitividade de toda a cadeia produtiva. Enquanto o país celebra recordes de safra, o agricultor do Sul enfrenta dificuldades para acessar milho e soja com preços viáveis, em função da concentração da produção em outras regiões e da precariedade da infraestrutura de transporte. É urgente corrigir essas distorções com políticas de equalização de frete, incentivo à armazenagem regional, ampliação de ferrovias e estímulo à produção local de grãos. Sem isso, cresce a dependência e diminui a sustentabilidade econômica dos pequenos e médios produtores da região.

Seminário



Foto: Zeca Ribeiro / Câmara dos Deputados

Autores do Requerimento:
Dep. Bohn Gass - PT/RS e Carlos Veras - PT/PE

Políticas Públicas para o Turismo Rural voltado à Agricultura Familiar

Seminário realizado no dia 29 de novembro de 2024, no município de Itati/RS

O turismo rural é uma das ferramentas mais poderosas para gerar renda, preservar tradições e manter o jovem no campo com dignidade. Quando aliado à agricultura familiar, ele transforma pequenas propriedades em espaços de cultura, acolhimento e empreendedorismo. Investir em políticas públicas que estimulem essa atividade é garantir autonomia produtiva, dinamizar economias locais e construir um Brasil que reconhece e valoriza o campo não apenas como lugar de trabalho, mas como destino de vivências autênticas, sustentabilidade e identidade nacional.

Visitas Técnicas

AGRISHOW 2024

Local: **Ribeirão Preto/SP**
Período: **29/04 a 03/05/2024**
Autor do Requerimento:
Vicentinho Júnior (PP/TO)

AGROBALSAS 2024

Local: **Balsas/MA**
Período: **13/05 à 18/05/2024**
Autores do Requerimento:
Josivaldo JP (PSD/MA)
Márcio Honaiser (PDT/MA)

AGROTINS 2024

Local: **Palmas /TO**
Período: **14/05 à 18/05/2024**
Autor do Requerimento:
Vicentinho Júnior (PP/TO)

MEGALEITE 2024

Local: **Belo Horizonte/MG**
Período: **11/06 à 15/06/2024**
Autores do Requerimento:
Ana Paula Leão (PP/MG)
Emidinho Madeira (PL/MG)

SUBLEITE MEGALEITE 2024

Local: **Belo Horizonte/MG**
Período: **13/06/2024**
Autor do Requerimento:
Rafael Simões (UNIÃO/MG)

Visitas Técnicas

EXPOIMP 2024

Local: **Imperatriz/MA**
Período: **06/07 a 16/07/2024**
Autor do Requerimento:
Josivaldo JP (PSD/MA)

FENACAM 2024

Local: **Natal/RN**
Período: **19/11/2024**
Autor do Requerimento:
Raimundo Costa (PODE/BA)

SEMANA INTERNACIONAL DO CAFÉ 2024

Local: **Belo Horizonte/MG**
Período: **20/11/2024**
Autor do Requerimento:
Evair Vieira de Melo (PP/ES)

Local: **Campinas/SP**
Período: **28/11/2024**
Autor do Requerimento:
Rafael Simões (UNIÃO/MG)

MÉTODO DE CULTIVO DE TOMATES EM ESTUFA DE VIDRO NO BRASIL

WORKSHOP USINAS DE ALTA PERFORMANCE - NORDESTE 2024

Local: **Recife/PE**
Período: **05/12/2024**
Autor do Requerimento:
Evair Vieira de Melo (PP/ES)

Local: **Coronel Pacheco/MG**
Período: **05/12/2024**
Autor do Requerimento:
Rafael Simões (UNIÃO/MG)

SUBLEITE HOMENAGEM AOS 50 ANOS DA EMBRAPA GADO DE LEITE

Comparecimento de Ministro

Ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, Sr. Paulo Teixeira



Fotos: Vinicius Loures / Câmara dos Deputados

Reunião extraordinária realizada em 24/04/2024.

TEMA: "Apresentar os planos e programas do Ministério e as diretrizes de sua pasta para o ano de 2024"

Autores dos Requerimentos:
Albuquerque (Republicanos/RR)
e João Daniel (PT/SE).



Aponte seu celular e assista a reunião.

Durante audiência na Comissão, o ministro Paulo Teixeira destacou que o governo pretende reduzir os conflitos agrários por meio da intensificação da reforma agrária, com foco no programa Terra da Gente, que visa assentar 295 mil famílias até 2026, das quais 50,9 mil já foram assentadas em 2023. O programa utilizará imóveis adquiridos, expropriados judicialmente e recebidos como pagamento de dívidas, com orçamento de R\$ 520 milhões para este ano. Além disso, o MDA lançou iniciativas para apoiar a agricultura familiar, como fundo de aval, reestruturação da assistência técnica e plano de compras públicas. A audiência contou com apoio e críticas de deputados, que abordaram desde infraestrutura para assentamentos até preocupações com importações de leite e invasões do MST.

Ministro de Estado da Agricultura e Pecuária, Sr. Carlos Fávaro

Reunião extraordinária realizada em 22/05/2024.

TEMA: "Prioridades do Ministério da Agricultura e Pecuária para o ano de 2024"

Autor do Requerimento:
Vicentinho Júnior (PP/TO)



Aponte seu celular e assista a reunião.



Fotos: Renato Araujo / Câmara dos Deputados

O ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, defendeu a importação de arroz para evitar especulação de preços após as enchentes no Rio Grande do Sul, responsável por 70% da produção nacional. Em audiência na Comissão, ele afirmou que a isenção de imposto de importação visa controlar o mercado e foi acordada com os produtores. A compra de até 1 milhão de toneladas será avaliada conforme os prejuízos da safra. O ministro também anunciou que o ministério atuará de forma itinerante no estado a partir do dia 28 para apoiar a reconstrução e incentivar agricultores com o novo Plano Safra e programas de recuperação de áreas degradadas.

Comparecimento de Ministro

Ministro de Estado da Agricultura e Pecuária, Sr. Carlos Fávaro



Fotos: Zeca Ribeiro / Câmara dos Deputados

Reunião extraordinária realizada em 19/06/2024.

TEMA: "Os estoques públicos e a necessidade de importação de arroz"

Autores dos Requerimentos:

Marcos Pollon (PL/MS); Afonso Hamm (PP/RS); José Medeiros (PL/MT); Evair Vieira de Melo (PP/ES); Giovani Cherini (PL/RS) e Marcel van Hattem (Novo/RS)



Aponte seu celular e assista a reunião.

Durante debate na Comissão, o ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, defendeu novamente a importação de arroz como resposta às enchentes no Rio Grande do Sul, que afetaram a produção e elevaram os preços do alimento. Fávaro alegou que houve especulação no mercado e que a medida visa conter abusos e garantir o abastecimento. Parlamentares, no entanto, criticaram a decisão, argumentando que a importação de até 1 milhão de toneladas pode desestimular os produtores locais em um momento delicado. Também houve críticas aos leilões de compra, especialmente após a suspensão de um deles por falhas técnicas das empresas vencedoras. Deputados pedem a suspensão das importações e mais apoio ao setor agrícola nacional.

Ministra do Meio Ambiente e Mudanças Climáticas, Marina Silva

Reunião extraordinária realizada em 16/10/2024.

TEMA: "Ministra do Meio Ambiente fala sobre queimadas"

Autores dos Requerimentos:

Evair Vieira de Melo (PP/ES) e Rodolfo Nogueira (PL/MS)



Aponte seu celular e assista a reunião.



Fotos: Mário Agra / Câmara dos Deputados

Em audiência na Câmara, a ministra Marina Silva informou que 80% dos incêndios florestais — agravados pela pior seca em 75 anos — já estão controlados. O governo liberou R\$ 514 milhões e contratou 3 mil brigadistas. Marina defendeu ações preventivas, como decretar emergência climática antecipadamente, e destacou que, sem o Fundo Amazônia, a situação seria pior. Houve aumento de 32% nos incêndios em florestas, e a meta é restaurar 12 milhões de hectares até 2030. Também estão previstas a nova NDC e uma estratégia nacional contra eventos extremos. Foram abertos 111 inquéritos e mais de 26 pessoas presas por incêndios criminosos. A ministra defendeu punições mais severas, rebateu críticas da oposição e afirmou que proteger o meio ambiente é essencial para o agronegócio.

Subcomissões

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural no ano de 2024, contou com o apoio das SubComissões:

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PRODUÇÃO DE LEITE NO MERCADO NACIONAL

MEMBROS

Alceu Moreira (MDB/RS)	Luciano Amaral (PV/AL)
Ana Paula Leão (PP/MG)	Luiz Ovando (PP/MS)
Bohn Gass (PT/RS)	Magda Mofatto (PRD/GO)
Carlos Veras (PT/PE)	Marussa Boldrin (MDB/GO)
Daniela Reinehr (PL/SC)	Pezenti (MDB/SC)
Domingos Sávio (PL/MG)	Rafael Simões (União/MG)
Emidinho Madeira (PL/MG)	Samuel Viana (Republicanos/MG)
General Girão (PL/RN)	Thiago Flores (Republicanos/RO)
Giovani Cherini (PL/RS)	Zé Silva (Solidariedade/MG)

SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PESCA E AQUICULTURA

MEMBROS

Albuquerque (Republicanos/RR)	Luiz Nishimori (PSD/PR)
Ana Paula Leão (PP/MG)	Murillo Gouvea (UNIÃO/RJ)
Augusto Puppio (MDB/AP)	Pedro Uczai (PT/SC)
Daniela Reinehr (PL/SC)	Pezenti (MDB/SC)
Dilvanda Faro (PT/PA)	Raimundo Costa (PODE/BA)
Giovani Cherini (PL/RS)	Roberto Duarte (Republicanos/AC)
Heitor Schuch (PSB/RS)	Welter (PT/PR)

SUBCOMISSÃO ESPECIAL DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS PARA INFRAESTRUTURA DE ESCOAMENTO DA SAFRA

MEMBROS

Adilson Barroso (PL/SP)	Marco Brasil (PP/PR)
Coronel Assis (UNIÃO/MT)	Padovani (UNIÃO/PR)
Coronel Fernanda (PL/MT)	Rodolfo Nogueira (PL/MS)
Dilceu Sperafico (PP/PR)	Sergio Souza (MDB/PR)
Emanuel Pinheiro Neto (MDB/MT)	Tadeu Veneri (PT/PR)
Emidinho Madeira (PL/MG)	Tiã Medeiros (PP/PR)
José Medeiros (PL/MT)	Welter (PT/PR)
Luiz Nishimori (PSD/PR)	Zé Silva (Solidariedade/MG)
Magda Mofatto (PRD/GO)	



Palavra do Presidente

Janeiro a Abril de 2024

Vicentinho Júnior

Presidente

Os primeiros meses de 2024 marcaram o início de um novo ciclo à frente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados, missão que assumi com muita responsabilidade e espírito público. Desde o primeiro momento, reforcei meu compromisso com os produtores rurais e com o fortalecimento de um setor que considero a espinha dorsal da economia brasileira.

Acredito firmemente que o Brasil tem todas as condições para liderar a produção de alimentos no mundo. Temos um clima privilegiado, solo fértil, tecnologia de ponta e, acima de tudo, um povo trabalhador e resiliente no campo — homens e mulheres que não medem esforços para sustentar esse país com sua produção.

De janeiro a abril, concentrei os trabalhos da Comissão em pautas que considero urgentes e fundamentais: o acesso ao crédito rural, a segurança jurídica da propriedade, a recuperação da cadeia do leite, a sanidade animal e vegetal, e a elaboração de um Plano Safra que realmente atenda aos desafios enfrentados pelo setor produtivo.

Tenho defendido com firmeza a necessidade de desburocratizar processos e ouvir quem está na ponta. A escuta ativa e o diálogo com todas as regiões e segmentos são, para mim, instrumentos essenciais para construirmos políticas públicas mais justas e eficazes.

Meu compromisso é claro: garantir que pequenos, médios e grandes produtores sejam igualmente ouvidos e respeitados, sem partidarismos, sempre com o foco no interesse do Brasil.

E reafirmo: a nossa bandeira é a defesa da produção de alimentos, da renda e do emprego para os brasileiros. Vamos atuar sempre pelo fortalecimento da agricultura, ouvindo todas as bancadas e, acima de tudo, os pequenos produtores.

Informações Institucionais

A Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural debate e vota os seguintes temas:

Política agrícola e assuntos atinentes à agricultura e à pesca profissional, destaca-se:

1

Organização do setor rural; política nacional de cooperativismo; condições sociais no meio rural; migrações rural-urbanas.

7

Política de eletrificação rural; política e programa nacional de irrigação.

2

Estímulos fiscais, financeiros e creditícios à agricultura, à pesquisa e experimentação agrícolas.

8

Vigilância e defesa sanitária animal e vegetal.

3

Política e sistema nacional de crédito rural.

9

Padronização e inspeção de produtos vegetais e animais.

4

Política e planejamento agrícola e política de desenvolvimento tecnológico da agropecuária; extensão rural.

10

Padronização, inspeção e fiscalização do uso de defensivos agrotóxicos nas atividades agropecuárias.

5

Seguro agrícola

11

Política de insumos agropecuários.

6

Política de abastecimento, comercialização e exportação de produtos agropecuários, marinhos e da aquicultura.

12

Meteorologia e climatologia.

Política e questões fundiárias; reforma agrária; justiça agrária; direito agrário, destaca-se:

1

Uso ou posse temporária da terra; contratos agrários; colonização oficial e particular.

3

Aquisição ou arrendamento de imóvel rural por pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras e na faixa de fronteira.

2

Regularização domínial de terras rurais e de sua ocupação.

4

Alienação e concessão de terras públicas.



Equipes



Gabinete do Presidente CAPADR (foto)

**Marcelo Araújo | Ranieri Pinheiro | Polianna Furtado | Sasha Libuy |
Thiago Dias | Matheus Fortunato | Claudio Moita**

Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural (2024)

Francisco Alexandre Pierre Barreto Lima (Secretário-Executivo)

Guilherme Luis Guimarães Medeiros

Amaury Lemes da Silva

Diézica Vargas

Jivago Spinola Gonçalves Ferreira

Márcio Marques de Paula

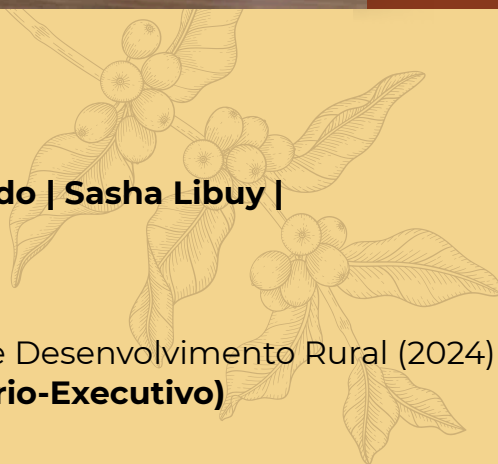
Créditos de Produção

Marcelo Araujo – Texto e Revisão

Gelmara Paggi – Projeto Gráfico e Diagramação

Sasha Libuy e Andrea Braga - Texto e Revisão

Gregório Junior - Colaborador





Comissão de
Agricultura, Pecuária, Abastecimento
e Desenvolvimento Rural





**COMISSÃO DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, ABASTECIMENTO
E DESENVOLVIMENTO RURAL**

Secretário-executivo: Henrique Fernandes Ferreira

Local: Anexo II, Ala C, Sala 34, Térreo

Telefones: (61) 3216-6401 - (61) 3216-6402

Comissão de
Agricultura, Pecuária, Abastecimento
e Desenvolvimento Rural

